



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No vigésimo primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Amaury da APPD. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Fernando Carneiro sugeriu a realização de uma reunião do Colégio de Líderes visando colocar mais projetos de lei em pauta. Ademais, continuou, havia várias sessões especiais e audiências públicas que precisavam ser realizadas. Reportou-se depois ao acidente que levou à interdição da ponte para Outeiro, mencionando o auxílio emergencial, aprovado por esta Casa, pago pela Prefeitura Municipal de Belém – PMB aos trabalhadores mais prejudicados com o isolamento do distrito. Defendeu a construção de outra via de acesso à Caratateua, uma nova ponte ligando Outeiro a Icoaraci. O trânsito de balsas é comum em rios de nossa região, apontou, recomendando a construção de anteparos para proteger os pilares das pontes de possíveis colisões. Este parlamento precisa debater a manutenção do transporte fluvial para Outeiro saindo de diversos pontos de Belém, preconizou. O transporte fluvial foi adotado para atender à situação criada pelo fechamento da ponte, mas funcionava bem porque havia demanda, mostrando ser uma vocação de nossa cidade. Assim sendo, devia-se pensar em linhas de transporte fluvial de Outeiro para diversas áreas de Belém, como o Ver-o-Peso, propôs, minorando o fluxo de veículos na Avenida Augusto Montenegro e na Avenida Almirante Barroso. Discorreu depois sobre a possibilidade de adotar a tarifa zero no transporte público em nosso país, dizendo não ser uma utopia, pois já é aplicada em várias cidades brasileiras. Reconheceu tratar-se de cidades pequenas que fizeram um reordenamento tributário para poder conceder esse benefício à população. As experiências demonstravam que o transporte público gratuito estimula a economia das cidades, estimula a cultura, o turismo e todas as áreas que são dependentes da mobilidade urbana, informou. Além disso, continuou, devem ser pensadas formas alternativas de transporte coletivo sem a utilização de combustível fóssil, o uso de formas de transporte não motorizado - como bicicletas e patinetes - e a locomoção a pé. O custo anual do transporte público gratuito para toda a população brasileira é estimado em 70 bilhões de reais, uma quantia considerável, mas que não torna impraticável a adoção da tarifa zero porque o Brasil não é um país pobre, argumentou. Os custos advindos do uso do automóvel – gastos com poluição e acidentes de trânsito – são da ordem de 137 bilhões de reais, o equivalente ao custeio da tarifa zero por dois anos, comparou. O Brasil paga diariamente 3,78 bilhões de reais de juros da dívida pública, informou, comentando que, se deixássemos de pagar esses juros por vinte dias, haveria dinheiro para manter o transporte público gratuito para todos os brasileiros por um ano. O país arrecadou em 2021 quase dois trilhões de reais em impostos, prosseguiu, e o custo do transporte público gratuito é muito pequeno em comparação com esse montante. Inteirou ter protocolado um pedido de sessão especial para discutir a tarifa zero no transporte público. Parabenizou depois o vereador Goleiro Vinícius por ter sido escolhido o melhor jogador da partida entre Clube do Remo e Paysandu, disputada no dia anterior. Em aparte, manifestou-se o vereador Pablo Farah. Lívia Duarte aludiu ao assassinato brutal do congolês Moise Mugenyi Kabagambe em um quiosque na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, na noite do último dia 24 de janeiro. Expressou defender o direito ao trabalho e o direito dos trabalhadores de qualquer nacionalidade. Exprimiu ser impossível não se indignar diante da morte de uma pessoa por cobrar duzentos reais de uma diária já feita. Pensando no fato, propunha a criação de um programa de assistência aos imigrantes que residem em Belém, participou, para regulamentar a situação dessas pessoas e dar diretrizes aos que aqui já se encontravam. Lembrou o caso dos indígenas venezuelanos da etnia Warao em nossa cidade, motivo de denúncias de alguns vereadores neste parlamento por colocarem em risco suas

crianças, usando-as em atividades de mendicância, expondo-as a situações de insalubridade e risco. Para enfrentar fatos como esse, prosseguiu, deve haver um programa consistente, com um orçamento direcionado, dispondo de um telefone para atendimento diuturno e de pessoas que façam realmente a busca e o acolhimento, além de abrigos que não sejam depósitos de pessoas. Divulgou posteriormente a sanção de uma lei em Olinda – PE proibindo homenagens em monumentos a torturadores e escravocratas, recordando que lei similar já fora aprovada por este Parlamento em 2020. Parabenizou os vereadores da legislatura anterior por essa lei estar em vigência em nosso município. Comunicou ter elaborado um projeto de lei vetando homenagens a escravocratas e genocidas, pois pessoas que dizimaram povos indígenas não podem ser homenageadas. É muito importante a recuperação da história, afirmou, e Belém deve dar o exemplo como deu Olinda. Referiu-se em seguida à tragédia que atingiu a cidade de Petrópolis – RJ, avaliando que situações terríveis também poderiam vir a ocorrer em Belém se não houvesse atenção à natureza. O inverno amazônico é muito rigoroso, estabeleceu, sendo essencial responder às mudanças climáticas com muita responsabilidade atentando ao fato de que as pessoas também constituem o meio ambiente e precisam de dignidade, precisam de moradia digna, assistência social e saúde. As pessoas constroem casas em áreas inadequadas e perigosas porque não têm opção, constatou, advertindo que ninguém escolhe viver na miséria. A discussão séria sobre clima, patrimônio e mazelas da cidade deve partir do ser humano, pontificou. Dona Neves parabenizou o governador Hélder Barbalho por entregar à população do Bengui, no dia anterior, a nova Avenida Padre Bruno Sechi, antiga Rua Yamada. Caracterizou o padre Bruno Sechi como um homem guerreiro, de comunidade, que fez o bem sem olhar a quem, imaginando que ele estaria junto a Deus, feliz com a homenagem recebida. Contou ter passeado de bicicleta pela nova avenida em companhia do vereador Roni Gás, admirando-se da obra bem feita, vendo as pessoas agradecendo a atuação do governo estadual. Parabenizou a comunidade do Tapanã por receber a benesse e agradeceu a Deus, ao governador Hélder Barbalho e à deputada federal Elcione Barbalho por essa melhoria. Bia Caminha expôs existirem atualmente duas formas principais de entender a questão ambiental. Uma dessas formas considera a natureza como recurso econômico, mantendo o sistema de exploração que temos hoje, e é adotada por bilionários como Bill Gates. Outro modo de encarar o problema advém, sobretudo, das discussões dos povos originários da Amazônia e das comunidades tradicionais habitantes das florestas e objetiva inverter a lógica de colonização do ambiente, complementou. Contou ter estado na cidade de Portel, no último final de semana, deparando-se com a venda de créditos de carbono, o que para ela era uma realidade distante, confessou. Entretanto, continuou, desde 2013 as comunidades amazônicas menos informadas faziam acordos e recebiam 10% ou menos do valor dos créditos gerados, sendo levadas por empresas a fazer contratos com prazos de 30 a 40 anos. Por esse motivo, anunciou, protocolaria neste dia seis projetos de lei que estavam dentro da pauta ambiental e do que poderia ser feito por Belém. Tratavam-se por vezes de pequenas ações, mas baseavam-se na concepção de que é necessário mudar o modo como encaramos e nos relacionamos com a natureza, esclareceu. O modelo de exploração desenfreada do que se denomina recurso natural, visando ao lucro, não nos serve, nunca nos serviu, testificou. Doravante, afiançou, atuaria no enfrentamento às ameaças ao meio ambiente, considerando, porém, que o Brasil não deveria ficar refém dos acordos globais estabelecidos em grandes conferências, pois deixavam o país quase imobilizado enquanto as grandes potências continuavam lucrando com a exploração da natureza, sem arcar com a verdadeira dívida que temos com a Terra. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Assumiu então a presidência da Mesa o vereador Augusto Santos. Pela liderança do bloco DEM – Patriota – Cidadania, Matheus Cavalcante lamentou a morte do congolês Moïse Mugenyi Kabagambe, avaliando que infelizmente o racismo ainda era uma realidade em nossa sociedade. Destacou também a impunidade como causa da violência, pois quem dispunha de recurso econômico e podia pagar bons advogados não chegava a ser preso. Classificou nosso sistema penal como arcaico por conceder garantias demasiadas e fazer com que a lei não fosse cumprida. Isso estimulava a consecução do crime porque havia a quase certeza da impunidade, alegou. Defendeu a mudança da legislação com a autorização da prisão em segunda instância para que os criminosos fossem apenados e as pessoas temessem a lei por saberem que não podem transgredi-la. Em apenas 17% dos casos levados à segunda instância havia alguma revisão, fosse processual ou de mérito, cientificou. Lamentou depois a invasão de uma igreja, durante a missa, em um ato de protesto em Curitiba, julgando que isso provocava a disseminação do ódio. Opinou haver crescimento da cristofobia, alastrando a aversão aos cristãos das mais diversas filiações. Divulgou em seguida matéria do Ministério do Turismo apresentando Belém como uma capital com grande potencial turístico devido à peculiaridade de sua gastronomia e de sua cultura. A esse respeito, mencionou um projeto de lei de sua autoria estabelecendo um programa de regularização tributária para o setor hoteleiro de nossa cidade, duramente atingido pela pandemia, que provocou o fechamento de vários hotéis e

estabelecimentos similares. Assim sendo, ajuizou, o poder público devia apoiar os hotéis, fortalecer o turismo e o setor de serviços para fazer com que Belém voltasse a ser uma cidade vibrante e muito frequentada. O setor turístico é sustentável, não poluente, destacou. Pela liderança da Oposição, Josias Higino solidarizou-se ao vereador Zeca do Barreiro, que tivera o mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral – TRE-PA do Pará, fazendo votos de que ele revertesse essa decisão e pudesse retornar a esta Casa para continuar a trabalhar por Belém. Parabenizou o vereador João Coelho por ter mantido seu mandato no julgamento do TRE-PA, garantindo que jamais se alegraria com o infortúnio de outrem. Parabenizou depois o governo estadual por liberar o trânsito para pedestres, ciclistas e motociclistas na ponte de Outeiro, resolvendo parte do problema de acesso ao distrito. Externou a certeza de que brevemente a ponte estaria totalmente recuperada, permitindo o tráfego de automóveis, ônibus e caminhões. Pela liderança do PT, Bia Caminha denunciou a ocorrência de vandalização a seu carro - em duas ocasiões, no estacionamento da CMB - e a tentativa recente de arrombamento de seu gabinete. Recordou ter lido um artigo na semana anterior expondo a rejeição a que mulheres negras e LGBT assumissem mandatos eletivos. Conjecturou haver violência política e institucional tentando expulsar parlamentares desses segmentos, dizendo que o espaço não lhes pertencia. Cobrou a averiguação dos fatos relatados para que se descobrissem as intenções de quem os praticou. O presidente Augusto Santos pediu à vereadora Bia Caminha que formalizasse a denúncia perante a Mesa para que as providências cabíveis fossem tomadas. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Êmerson Sampaio, Lívia Duarte, Fernando Carneiro, Pablo Farah, Mauro Freitas e Amaury da APPD. Pela liderança do bloco PP – Podemos – Pros, Êmerson Sampaio expressou sua gratidão pela entrega da nova Avenida Padre Bruno Sechi, parabenizando o governador Hélder Barbalho pelo empenho em sua realização. Parabenizou também os vereadores desta Casa pela aprovação unânime do requerimento que apresentou, em 07 de junho de 2017, solicitando do governo estadual anterior os recursos garantidos ainda em 2012 para a obra. Após isso, relatou, acionou o Ministério Público Estadual do Pará – MPPA contra o governo do estado, acionando do mesmo modo o Ministério Público Federal – MPF, pois 50 milhões de reais em recursos federais foram destinados ao empreendimento. No final da gestão, o governo anterior foi obrigado a dar início às obras, recordou, e o governador Hélder, com habilidade e compromisso, ampliou o projeto, readequando-o, e duplicou as duas vias, a Rodovia do Tapanã e a Avenida Padre Bruno Sechi. A Rodovia do Tapanã fora entregue no final de 2020 e no dia anterior entregou-se a Avenida Padre Bruno Sechi, melhorando muito a vida da população dos bairros do Bengui, São Clemente, Parque Verde, Tapanã e do Distrito Administrativo do Bengui – Daben como um todo, afirmou. Comunicou a seguir ter protocolado um ofício ao Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano - NGTM solicitando a construção de faixas de pedestre elevadas na Rodovia do Tapanã, tal como existem na Avenida Padre Bruno Sechi, pois elas funcionam como redutores de velocidade para os veículos. Alertou para a premência dessa medida, inteirando sobre a ocorrência de dois acidentes fatais na Rodovia do Tapanã nas últimas duas semanas. Participou ter conversado por telefone neste dia com o diretor-geral do NGTM, Eduardo Ribeiro, recebendo dele a confirmação de que as faixas de pedestre elevadas seriam construídas naquela via. Em aparte, pronunciou-se o vereador Miguel Rodrigues. Pela liderança do PL, Pablo Farah aludiu a um requerimento de sua autoria solicitando a realização de uma sessão especial para debater sobre o Memorial Magalhães Barata. O monumento, localizado em um lugar central de nossa cidade, tornou-se um lugar perigoso para a população, pois concentrava meliantes e usuários de drogas, sendo frequentes ali os assaltos aos transeuntes. Em 2014, historiou, o memorial deveria ter sido devolvido ao governo estadual, mas o município não o fez e não deu manutenção. Construído em 1989, memorou, o monumento deveria receber a visita de famílias e de turistas. Propôs então sua restauração e utilização como base para a 3ª Companhia da Polícia Militar do Pará, abrigando também uma equipe da Guarda Municipal de Belém – GMB, uma equipe da Polícia Civil do Pará – PC-PA, uma equipe do Corpo de Bombeiros Militar do Pará – CBMPA e uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu. Dessa forma, o espaço seria utilizado pelos órgãos de segurança pública, criando-se um centro de segurança, acabando com a periculosidade daquela área, arguiu. A ocorrência de roubos e assaltos na região amedronta as pessoas, discorreu, reduzindo a clientela do comércio e diminuindo o atrativo ao turismo bem em frente ao Terminal Rodoviário e a grandes hotéis, reputando ser isso uma vergonha para o nosso estado e nossa capital. Tencionava trazer para a sessão especial um representante do governo estadual para participar da discussão sobre a destinação do Memorial Magalhães Barata, explicitou, salientando que a CMB estava atenta ao problema e havia propostas. O governo do estado ou a PMB deveriam assumir a responsabilidade pelo memorial ou dividi-la, uma vez que havia atualmente parceria entre as gestões, apontou, e devolver ao povo de Belém esse monumento histórico. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Augusto Santos solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de

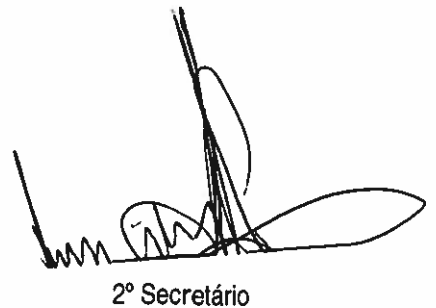
quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Em seguida, o presidente convocou as lideranças partidárias a participar de uma reunião na Sala VIP, anexa ao Salão Plenário, e encerrou a sessão às dez horas e cinco minutos. Justificaram suas ausências os vereadores Bieco, Blenda Quaresma, Enfermeira Nazaré Lima, Fabrício Gama, Gleisson Silva, John Wayne, Lulu das Comunidades, Renan Normando, Zeca do Barreiro e Zeca Pirão. Estiveram presentes os vereadores: Josias Higino, Matheus Cavalcante e Pastora Salete, pelo bloco DEM – Patriota – Cidadania; Emerson Sampaio, Miguel Rodrigues, Roni Gás e Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Neném Albuquerque, pelo MDB; Goleiro Vinícius, Juá Belém e Augusto Santos, pela bancada do Republicanos; Livia Duarte, e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Pablo Farah, pelo PL; Moa Moraes e Mauro Freitas, pelo PSDB; Amaury da APPD e Bia Caminha, pelo PT; Altair Brandão, pelo PC do B; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Igor Andrade, pelo Solidariedade. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 21 de fevereiro de 2022.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário